

Novo diretor da Dívida Pública defende nova maneira de atuação

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O economista Carlos Thadeu Freitas Gomes, indicado pelo presidente da República para assumir a Diretoria da Dívida Pública (Didip) do Banco Central (BC), fez restrições à maneira como vem sendo conduzida a administração da política monetária durante a sabatina a que foi submetido pela comissão de fiscalização e controle do Senado Federal. Essa comissão está encarregada de apresentar ao Senado o parecer apoiando ou não a indicação de Freitas Gomes para o BC, mas só deverá ter uma decisão na próxima quarta-feira.

A estabilização nas "regras do jogo" com a prática de juros reais positivos nas operações do "open", sem grandes oscilações para cima ou para baixo, e a redução das operações da conversão da dívida em investimento do saldo comercial e das operações de "re-lending" — reempréstimo interno das obrigações externas, que será reaberto a partir de janeiro, dentro das regras aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na quarta-feira —, foram pontos colocados por Freitas Gomes durante a sabatina no Senado.

Aquelas são medidas necessárias, por ele consideradas, para que seja diminuído o ritmo da colocação de papéis federais no mercado e o custo desta dívida interna. Freitas Gomes criticou a decisão da área econômica, tomada em meados do ano, de voltar a emitir Obrigações do Tesouro Nacional (OTN): "É um papel que encarece o custo da dívida porque as instituições acabam tomando dinheiro com ele diariamente no mercado".

O senador Severo Gomes (PMDB-SE) fez uma provocação no que diz respeito às operações de "re-lending": "Estas operações encontram a repulsa desta Casa (do Congresso



Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Nacional) e do meado acadêmico e só agrava a nossa situação". Em resposta, Freitas Gomes disse que sem dúvida as operações de "re-lending" provocam expansão da dívida pública interna: "É isto o que nos interessa hoje?", indagou por sua vez, opinando que o assunto tem de ser conversado e discutido.

Quanto à conversão da dívida, Freitas Gomes defendeu a adoção de algum tipo de restrição para minimizar o impacto sobre a política monetária. Ele sugeriu, por exemplo, que os leilões de deságio sejam espaçados — "poderiam ser realizados de dois em dois meses" —, ou que fossem "seguradas" por algum tempo dentro do BC as liberações dos cruzados para fazer frente à conversão.

Com relação aos juros internos, atestou que a economia brasileira convive "tranquilamente" com juros reais de menos de 10% ao ano, mas não deixou de salientar as dificuldades que qualquer pessoa no posto da Didip tem em acertar o nível ideal de juros para as operações no mercado aberto, devido às incertezas com relação ao comportamento dos preços em uma situação de instabilidade. Este é, também, segundo colocou, o problema maior para o BC se enquadrar na decisão da Constituição, que fixou em

12% ao ano a taxa de juros reais para a concessão do crédito.

Freitas Gomes, que é funcionário de carreira do Banco Central (BC), deixou boa impressão nos senadores que compareceram à sabatina. O episódio de sua saída do BC, em maio de 1986 — ele ocupava, na ocasião, o cargo de diretor da área bancária desde setembro de 1985 (na gestão de Fernão Bracher) —, foi explorado pelos parlamentares, interessados em saber como se deu a demissão. Freitas Gomes contou que foi chamado pelo então presidente do BC, Fernão Bracher — que o levou para a diretoria do BC e com quem já havia trabalhado na área externa: "Ele me disse que era preciso encontrar um lugar para o Pêrsio Arida, que era a pessoa certa para fazer a reforma bancária, e eu tinha que ceder, porque fazia parte da minha função", disse Freitas Gomes.

Consultado pela editora Angela Bittencourt deste jornal ontem no início da noite, o ex-presidente do BC Fernão Bracher assegurou que Carlos Thadeu de Freitas Gomes é um profissional sério, honesto, competente e íntegro. Bracher explicou, contudo, que, dentro da tarefa que estava em andamento dentro do BC naquele momento, o nome de Pêrsio Arida era o que mais se enquadrava com a situação.

O senador Mario Maia (PDT-Acre) indagou sobre uma notícia publicada na época por uma revista dando conta de que Thadeu Gomes saíra do BC por ter cometido um erro, ao dar financiamento de liquidez no valor então de CZ\$ 1 bilhão a duas grandes instituições bancárias privadas. Freitas Gomes não negou que em março de 1986, logo após a edição do Plano Cruzado, o BC prestou socorro a várias instituições financeiras que tiveram problemas de liquidez. "O Plano Cruzado gerou um dese-

quilíbrio enorme no sistema bancário, o "open" foi sacado porque as taxas de juro caíram e os bancos perderam muito dinheiro, passando a ganhar dois meses depois com o aumento dos depósitos à vista", explicou Freitas Gomes.

Mais adiante, respondendo ao senador Nelson Wedekin (PMDB-SC), disse: "Quem deu dinheiro para os bancos não fui eu, mas a instituição, em processo que é automático". Lembrou que à frente da área bancária, foi ele quem recomendou em novembro de 1985 a liquidação extrajudicial dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave.

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), presidente da comissão, quis saber se havia registros no BC das operações de redesconto realizadas pelo BC durante a sua gestão na área bancária, recebendo a resposta afirmativa de Freitas Gomes. Em sessão secreta, logo após a sabatina, a comissão deliberou no sentido de solicitar ao BC aqueles documentos, além de decidir convidar Fernão Bracher e Pêrsio Arida para apresentarem suas explicações sobre a saída de Freitas Gomes do BC.

A comissão acatou ainda sugestão do senador Rui Bacellar (PMDB-BA) para que fosse exigida a apresentação da declaração de bens, com sua constituição histórica, como norma. "Decidimos que vamos votar impreterivelmente na quarta-feira da semana que vem", atestou o senador Carlos Chiarelli. Os membros da comissão vão votar a conclusão do relatório — neste caso, foi designado como relator o senador Wilson Martins (PMDB-MS) —, que pode ser favorável ou não à indicação do presidente da República. O relatório aprovado na comissão virá parecer da comissão, que ganha o caminho do plenário do Senado Federal para deliberação.